

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho  
no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.**

GT 06 - Subcontratación y organización de trabajadores precarios

**Trabalhador ou empreendedor? A complexa questão da representação sindical de  
trabalhadores cooperados**

Raquel Duaibs

## **Trabalhador ou empreendedor? A complexa questão da representação sindical de trabalhadores cooperados**

### **RESUMO**

O presente artigo direciona-se à análise das formas de representação de trabalhadores cooperados no sindicalismo brasileiro, em um cenário de reestruturação produtiva que tem como consequência mudanças nos padrões de representação sindical. Como objeto, selecionamos o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que a partir de meados da década 90 teve um desempenho protagonista na criação de políticas voltadas aos cooperados e fomentou diversos empreendimentos autogestionários provenientes de fábricas em situação falimentar. Apesar das ações voltadas ao cooperativismo e de ter modificado seu estatuto para incluir os trabalhadores cooperados em sua base, esses últimos afirmam que o Sindicato não os representa mais, pois agora são empreendedores. Objetivamos debater este tema a fim de apontar elementos para o desenvolvimento de novas políticas de representação sindical para trabalhadores atípicos.

**Palavras-chave:** Sindicalismo, representação sindical, cooperativismo, trabalhadores cooperados.

## **OBJETO**

A tendência neoliberal das políticas econômicas executadas no Brasil na década de 1990 não contribuiu para o crescimento do país. O conjunto de medidas adotadas pelo governo federal, aliado ao processo de reestruturação da produção industrial que começava a tomar fôlego naquele momento, estimulou a concretização de mudanças significativas na estrutura das relações sociais e de trabalho ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000. A introdução da reestruturação produtiva foi facilitada pela crise econômica que o país vinha passando ao longo dos anos 1980, a qual resultou na recessão econômica que tomou forma a partir de 1990 com o governo Collor (1990-1992). Nesse período, além de a taxa de juros permanecer elevada, a economia nacional sofreu transformações radicais com impactos negativos, como, por exemplo, a abertura comercial e a privatização de companhias estatais. Como consequência, essas políticas desestabilizaram economicamente e socialmente o país que, durante muitos anos, ficou com o mercado de trabalho ainda mais desestruturado.

Dessa forma, um número expressivo de empresas, especialmente aquelas focadas na produção industrial, começaram a sentir os efeitos das políticas econômicas nacionais e internacionais que impactavam diretamente na produção e nas relações de trabalho do país. A desregulamentação do mercado de trabalho por meio da reestruturação produtiva aliada a políticas neoliberais, altos índices de inflação e da taxa de juros, provocou a desestabilização administrativa e econômica de grande parte das empresas. Não tardou para que inúmeras delas se arrastassem por um período de crise financeira, culminando na maioria das vezes na falência e resultando em uma onda de demissões em massa sem precedentes.

Sem expectativas para o crescimento econômico, a redução do número de falências de empresas e a diminuição dos altos índices de desemprego, houve um súbito crescimento do movimento de recuperação de fábricas por meio da criação de cooperativas em diversas regiões do Brasil. Como exemplo, mencionamos alguns experimentos: a fábrica de calçados Makerly em Franca-SP (1991), a Cobertores Parahyba em São José dos Campos-SP (1994), a fábrica de plásticos Skillcoplast em Diadema-SP (1994), a usina Catende-Harmonia em Catende-PE (1995), as metalúrgicas Hidrophoenix em Votorantim-SP (1995), Uniforja em Diadema-SP (1998), Uniwidia em Mauá-SP (1999), Coopermetal em Criciúma-SC (1999), Uniferco em Diadema-SP (2003) e a fábrica de botões Cooperbotões em Curitiba-PR (2004).

Os sindicatos que acompanhavam essas fábricas durante o processo falimentar se destacaram por sua atuação junto aos trabalhadores e foram fundamentais para a concretização das cooperativas. A partir dessas experiências surgiu, em 1994, uma importante instituição de fomento cooperativo, a Anteag.<sup>1</sup> Organizada por trabalhadores, técnicos do Dieese<sup>2</sup> e de alguns sindicatos, foi a primeira associação de articulação de cooperativas com participação do movimento de trabalhadores em sua criação. Com o suporte da Anteag, os sindicatos passaram a atuar com um papel mais determinante no apoio às fábricas recuperadas.

Contudo, a opção dos sindicatos de apoiar as práticas cooperativas não é um consenso entre os sindicatos no Brasil, especialmente entre as entidades ligadas à CUT.<sup>3</sup> A princípio, as principais correntes cutistas foram contrárias à incorporação dos cooperados à base de seus sindicatos. Aos poucos, após algumas experiências bem sucedidas, as cooperativas e a economia solidária<sup>4</sup> como um todo foram adquirindo espaço no interior desta Central. Mesmo com os avanços conquistados, esse tema ainda é bastante controverso entre as diversas correntes sindicais. Há aquelas favoráveis ao cooperativismo, como a *Articulação Sindical*, e também há aquelas que são contrárias, como a corrente *O Trabalho*. Os principais motivos para se oporem às políticas de economia solidária estão relacionados à tese de que o assalariado, ao se tornar cooperado, perde sua essência de trabalhador e se transforma em patrão, e também à ideia de que o cooperativismo é uma maneira legal de precarizar a mão de obra e sonegar os direitos trabalhistas dos assalariados.

Apesar do fato de algumas entidades aderirem à ideia do movimento cooperativo, Lima (2006) afirma que durante muito tempo os sindicatos ignoraram os trabalhadores cooperados. No início foram poucos os que apoiaram a causa, criando sérios embates e conflitos ideológicos entre as entidades contrárias e as favoráveis ao cooperativismo. De acordo com Parra (2003) uma parcela dos sindicatos não simpatiza com os ideais do cooperativismo devido às possibilidades de utilizá-lo como forma de precarizar a força de trabalho por meio de falsas cooperativas, que eliminam os direitos trabalhistas a fim

---

<sup>1</sup> Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão.

<sup>2</sup> Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

<sup>3</sup> Central Única dos Trabalhadores.

<sup>4</sup> A discussão sobre o conceito de economia solidária é ampla, não finalizada e diversos autores se dedicam a teorizar sobre o tema. Neste trabalho, definiremos a economia solidária como sendo as iniciativas coletivas de atividades econômicas que permeiam a produção e a distribuição, baseadas na igualdade e na solidariedade. Para uma leitura mais aprofundada, cf. Singer e Souza (2000), Cruz (2006) e Pereira (2011).

de baratear a mão de obra e suprimem o caráter democrático do empreendimento. Nem mesmo a CUT, num primeiro momento, apoiava as empresas autogeridas por trabalhadores. Contudo, o sucesso de alguns empreendimentos, como a Makerly, que era auxiliada pelo Sindicato dos Sapateiros de Franca, fez com que a CUT mudasse seu ponto de vista sobre o tema (Duaibs, 2009). Goulart (2003) e Parra (2003) refletem sobre o caso da fábrica de vidros Firenze, cujos trabalhadores, diante da situação pré-falimentar da empresa, solicitaram em 1997 o apoio do Sindicato dos Vidreiros de São Paulo para formar uma cooperativa. O sindicato, que não é favorável ao cooperativismo, negou o apoio. Não satisfeitos, os trabalhadores buscaram o apoio da Anteag e conseguiram formar a fábrica de vidros e cristais Cotravic.

Todavia, há diversas pesquisas que apontam o empenho dos sindicatos e de organizações de fomento cooperativo ao apoiar os trabalhadores nas etapas de recuperação de fábrica. Pires (2011) afirma que organizações como a Anteag e a Unisol Brasil são figuras presentes no cotidiano dos trabalhadores no processo inicial de organização e reestruturação, e oferecem suporte técnico, educacional na área de autogestão, bem como auxílio para a busca de financiamentos. Parra (2003) aponta a importância do papel de alguns sindicatos, em especial no Rio Grande do Sul e na região metropolitana de São Paulo, ao apoiarem a formação de cooperativas autogestionárias como uma alternativa ao desemprego. As pesquisas de Parra (*ibidem*) e Oda (2001; 2007) identificam que em 1996 o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC começou a discutir, em seu II Congresso, a viabilidade de apoiar empresas autogeridas por trabalhadores e mencionam que o sindicato alterou seu estatuto a fim de admitir associados de cooperativas como sócios da entidade.

A experiência deste Sindicato com o movimento cooperativo começou em 1996 a partir do processo de falência da empresa Conforja. Após articular algumas cooperativas oriundas do processo falimentar de empresas do setor industrial, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, junto com outras entidades sindicais filiadas à CUT, fundou no ano 2000 a Unisol Cooperativas, uma das principais instituições de fomento cooperativo do país.

## **OBJETIVO**

Diante desse cenário, temos por objetivo analisar a questão da representação sindical direcionada aos trabalhadores associados às cooperativas de produção,

contextualizando as principais experiências que ocorreram no país a partir dos anos 80, mas tendo como foco o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que nos anos 90 se destacou pelo envolvimento com a articulação de cooperativas por meio da recuperação de fábricas recuperadas na região da Grande São Paulo.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa,<sup>5</sup> de caráter qualitativo, vem sendo desenvolvida a partir da articulação dos dados e informações coletados por meio de leitura bibliográfica e documental, focada tanto nos temas que tangem o movimento cooperativo quanto nos temas que abordam a questão sindical. Direccionamos nossa busca a livros, teses, artigos e periódicos e debruçamo-nos sobre a revisão bibliográfica de temas como cooperativismo, autogestão, sindicalismo brasileiro, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, representação sindical e trabalho atípico. Além disso, realizamos um acompanhamento desses temas em jornais, revistas e web sites.

## **RESULTADOS**

Como resultados preliminares, observamos que há certos conflitos no que concerne à questão da representação sindical direcionada aos trabalhadores cooperados. No geral, as cooperativas de produção industrial são incentivadas e apoiadas por alguma instituição, em especial pelo sindicato ao qual esses trabalhadores eram filiados quando estavam na condição de assalariados. Não apenas a literatura, mas também as pesquisas de campo que temos desenvolvido nos últimos anos, apontam que o auxílio dos sindicatos é fundamental para que as cooperativas de produção consigam se estabelecer. Contudo, conforme os associados vão adquirindo certa autonomia no processo de administração da cooperativa, a tendência natural é de que eles se afastem do sindicato.

Identificamos esse processo de afastamento dos trabalhadores associados que são filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Enquanto o Sindicato declarava em seu discurso que os cooperados são tão representados por ele quanto os assalariados, os trabalhadores cooperados afirmavam que no momento da formação da cooperativa o Sindicato foi muito importante, mas que agora ele já não ajuda muito, pois deixaram de

---

<sup>5</sup> Este artigo integra os primeiros resultados da pesquisa de doutorado intitulada “A representação sindical de trabalhadores cooperados é possível? Um estudo comparativo entre Brasil e Itália”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, orientada pela Profa. Dra. Marcia de Paula Leite e financiada pela Fapesp.

ser trabalhadores assalariados e passaram a ser empreendedores e, na visão dos cooperados, o sindicato é uma instituição para trabalhadores assalariados. No artigo completo explanaremos melhor essas questões, vinculando, dessa forma, a contribuição da representação sindical ao cotidiano dos cooperados.

## **BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL**

- CRUZ, A. C. M. da. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.
- DUAIBS, R. *Movimento Sindical e Fábricas Cooperativas: experiências no ABC paulista*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.
- GOULART, S. *O Controle Operário e a questão da Estatização*. 2003. Disp. em <[http://www.fabricasocupadas.org.br/cmo/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=45&tmpl=component&format=raw&Itemid=27](http://www.fabricasocupadas.org.br/cmo/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=45&tmpl=component&format=raw&Itemid=27)>. Acesso em 16/11/11.
- LEITE, M. P. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LIMA, J. C. *Trabalho, precarização e sindicalismo: os trabalhadores e as cooperativas de trabalho In: Estudos de Sociologia n°. 21/ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 2006.*
- ODA, N. T. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação*. Dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O ABC do cooperativismo e da economia solidária In RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. (Orgs). Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense. São Paulo, Annablume, 2007.*
- PARRA, H. Z. M. *Sindicalismo e Cooperativismo: entre a criação e a destruição IN SOUZA, A. R. de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo, Contexto, 2003.*
- PEREIRA, Maria Cecília Camargo. *Relações complexas: sindicalismo e autogestão em debate*. Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.
- PIRES, A. S. *As fábricas recuperadas no Brasil: a autogestão entre a teoria e a prática. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), 2011, Curitiba. XV Congresso Brasileiro de Sociologia: Mudanças, permanências e desafios sociológicos, 2011.*
- SINGER, P.; SOUZA, A. de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.